

Corpos em vigilância na Educação Infantil: entre a regulação e a violação de direitos

Jane Felipe
Michele Lopes Leguiça
Cristiano Eduardo da Rosa

Resumo

Neste artigo, analisamos e discutimos como a Educação Infantil, sob a perspectiva da vigilância dos corpos infantis, tem reproduzido um modelo dicotômico de oposição binária, especialmente no contexto das temáticas de gênero e sexualidade. Partimos de uma abordagem pós-estruturalista e recorremos aos Estudos de Gênero como base teórica para investigar e questionar tanto os mecanismos de regulação quanto as práticas de violação dos corpos das crianças. Entendemos que essas práticas, muitas vezes implícitas ou naturalizadas, operam na primeira etapa da Educação Básica, moldando os corpos e comportamentos infantis dentro de um quadro normativo. Nesse sentido, identificamos que há uma produção de saberes fomentados por meio de uma pedagogia de controle, que busca disciplinar os corpos infantis conforme valores hegemônicos de gênero. Contudo, destacamos que esse processo não é linear ou unilateral: as crianças também desenvolvem estratégias criativas para resistir a essas normatizações e subverter os controles impostos sobre seus corpos. Essa tensão entre regulação e resistência revela um campo dinâmico e complexo, no qual as crianças não são apenas receptoras passivas, mas agentes ativos na construção de suas subjetividades. O estudo busca, assim, contribuir para um debate crítico sobre como práticas pedagógicas podem perpetuar desigualdades e apontar caminhos para uma educação com mais equidade e inclusiva.

Palavras-chave: Infâncias. Gênero. Sexualidade.

Jane Felipe

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil
E-mail: janefelipe.souza@gmail.com
 <https://orcid.org/0000-0003-4802-2113>

Michele Lopes Leguiça

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil
E-mail: micheleleguica@hotmail.com
 <https://orcid.org/0000-0001-8737-1653>

Cristiano Eduardo da Rosa

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil
E-mail: cristiano1105@hotmail.com
 <https://orcid.org/0000-0003-0036-7892>

Recebido em: 31/05/2023

Aprovado em: 18/11/2024



Abstract**Bodies under surveillance in early childhood education: between regulation and violation of rights**

In this article, we analyze and discuss how Early Childhood Education, from the perspective of the surveillance of children's bodies, has reproduced a dichotomous model of binary opposition, especially in terms of gender and sexuality. We start from a post-structuralist approach and use Gender Studies as a theoretical foundation to research and question the mechanisms of regulation and the practices that violate children's bodies. We understand that these practices, often implicit or naturalized, operate at the first stage of Basic Education, molding children's bodies and behaviors within a normative framework. In this regard, we note that knowledge production is guided by a pedagogy of control which seeks to discipline children's bodies according to hegemonic gender values. Nonetheless, we stress that this process is neither linear nor unilateral: children also develop creative strategies to resist such standardization and subvert the controls imposed on their bodies. This tension between regulation and resistance reveals a dynamic and complex field in which children are not just passive recipients, but active agents in the construction of their subjectivities. Hence, our study contributes to a critical debate on how pedagogical practices may perpetuate inequalities and points to pathways towards a more equitable and inclusive education.

Keywords:
Childhoods.
Gender.
Sexuality.**Resumen****Órganos en vigilancia en la educación infantil: entre la regulación y la vulneración de derechos**

En este artículo analizamos y discutimos cómo la Educación Infantil, desde la perspectiva de la vigilancia del cuerpo de los niños, ha reproducido un modelo dicotómico de oposición binaria, especialmente en el contexto de las temáticas de género y sexualidad. Partimos de un enfoque postestructuralista y utilizamos los Estudios de Género como base teórica para investigar y cuestionar tanto los mecanismos regulatorios como las prácticas de vulneración de los cuerpos de los niños. Entendemos que estas prácticas, muchas veces implícitas o naturalizadas, operan en la primera etapa de la Educación Básica, moldeando los cuerpos y comportamientos de los niños dentro de un marco normativo. En este sentido, identificamos que existe una producción de conocimiento fomentada a través de una pedagogía del control, que busca disciplinar los cuerpos de los niños según valores hegemónicos de género. Sin embargo, destacamos que este proceso no es lineal ni unilateral: los niños también desarrollan estrategias creativas para resistir estas normas y subvertir los controles impuestos a sus cuerpos. Esta tensión entre regulación y resistencia revela un campo dinámico y complejo, en el que los niños no son sólo receptores pasivos, sino agentes activos en la construcción de sus subjetividades. De este modo, el estudio busca contribuir a un debate crítico sobre cómo las prácticas pedagógicas pueden perpetuar las desigualdades y señalar caminos hacia una educación más equitativa e inclusiva.

Palabras clave:
Infancias. Género.
Sexualidad.

Um corpo não é apenas um corpo. É também o seu entorno. Mais do que um conjunto de músculos, ossos, vísceras, reflexos e sensações, o corpo é também a roupa e os acessórios que o adornam, as intervenções que nele se operam, a imagem que dele se produz, as máquinas que nele se acoplam, os sentidos que nele se incorporam, os silêncios que por ele falam, os vestígios que nele se exibem, a educação de seus gestos... enfim, é um sem limite de possibilidades sempre reinventadas, sempre à descoberta e a serem descobertas. Não são, portanto, as semelhanças biológicas que o definem, mas fundamentalmente os significados culturais e sociais que a ele se atribuem (Goellner 2008, p. 28)

Sobre o governo dos corpos infantis: questões iniciais

Os corpos infantis sempre estiveram à mercê das concepções e expectativas dos adultos, a começar pelos *scripts* de gênero, traçados mesmo antes do nascimento, graças aos avanços tecnológicos que permitem saber, por meio de sofisticados exames, o sexo do bebê (Felipe, 2019). Embora, nos últimos anos, tenhamos avançado nos debates em torno da construção das masculinidades e feminilidades, lançando o olhar para os processos históricos, culturais e sociais sobre o tema das identidades, superando assim concepções estritamente biológicas, que tinham a pretensão de explicar os comportamentos de meninos e meninas, homens e mulheres, por outro lado temos nos deparado com um movimento de retorno a essa visão dicotômica, calcada numa oposição binária (Preciado, 2020).

O presente artigo busca refletir sobre esse modelo dicotômico, especialmente em relação à vigilância dos corpos infantis, quando se trata de gênero e sexualidade. Importante também ressaltar as estratégias utilizadas pelas crianças a fim de escapar de tais controles, evidenciando o quanto a construção das identidades pode se dar de forma complexa e dinâmica.

Cabe referir que algumas das análises aqui apresentadas, na perspectiva dos Estudos de Gênero (Louro, 2000; 2004; Felipe, 2019), parte delas oriundas de pesquisa realizada com crianças de cinco e seis anos, em uma escola pública localizada na periferia do município de Uruguaiana, na fronteira do Rio Grande do Sul, mostram de que maneira a Educação Infantil está implicada nesse processo de reprodução de uma constante vigilância dos corpos infantis (Leguiça, 2019). A partir de diversos discursos e procedimentos dentro e fora do ambiente escolar, a começar pelas famílias, tais patrulhamentos são reiterados também pelos/as professores/as.

Costa, Kuhn e Ilha (2019, p. 3), ao discutirem sobre o governo dos corpos infantis, mencionam os saberes das psicologias e das pedagogias, “que se estendem em regras, preceitos e recomendações forjadas a partir de prescrições modernas das noções históricas e psicológicas da infância”.

De acordo com as autoras

A privação da liberdade da criança é manipulada sem sutilezas: em nome da não degeneração da espécie imputa-se aos corpos-sujeitos-crianças as mais impiedosas práticas de contenção e castração, sobretudo dos movimentos corporais livres. Os primeiros tratados de puericultura, que datam de 1565, prescrevem desde como alimentar e governar as crianças a

datar do nascimento, até a exaltação dos exercícios físicos contínuos considerados mais edificadores do que aqueles realizados espontaneamente. A literatura pedagógica tem um berço científico bastante duro de contrapor, pois foi preceituada quase unanimemente por médicos, cientistas supostamente autorizados para tal (Costa; Kuhn; Ilha, 2019, p. 4).

Rosa e Felipe (2023) observam que há uma desvalorização das crianças como sujeitos de direitos, uma vez que, desde a mais tenra infância, ocorre um grande controle sobre esses corpos, como se estes não pertencessem a sujeitos que possuem as suas próprias vontades e direitos. Tais disciplinamentos são capturados pelas crianças que, depois de um tempo, passam a exercer um autogoverno sobre os seus corpos e também sobre seus pares.

No que se refere ao papel da escola, Augusto salienta que (2015, p. 11):

Depois da família, com seus castigos e zelos, a escola é o lugar privilegiado do governo das crianças. A cultura do castigo, que se exerce desde a mais tenra idade de uma criança, tem seu complemento e reforço decisivo na experiência escolar voltada para transformar crianças arteiras em adultos ordeiros.

É interessante ainda observar que, não raras vezes, deparamo-nos com falas das crianças em que elas repreendem os colegas que estejam realizando tarefas ou brincadeiras consideradas fora dos *scripts* de gênero, aqui entendidos como

Roteiros, definições, normas, apontamentos, às vezes negociáveis, em outras circunstâncias nem tanto, que prescreveriam as condutas dos sujeitos. Quando os *scripts* são ignorados, rompidos ou modificados, seus autores, neste caso, a sociedade que se pretende hegemônica e que insiste em traçar determinados padrões de comportamento, trabalha no sentido de impor sanções e promover discriminações a todos os sujeitos ou grupos que ousam romper, modificar ou mesmo (re)escrever seus próprios *scripts* (Felipe, 2019, p. 242).

Alguns exemplos sobre o governo dos corpos infantis e as expectativas de gênero podem ser observados na pesquisa desenvolvida por Leguiça (2019), em que ela relata diversas situações em torno da vigilância exercida pelas docentes e pelas próprias crianças de uma escola de educação infantil, para que os padrões hegemônicos de gênero sejam, de alguma maneira, garantidos. Segundo a referida pesquisadora, a partir da perspectiva foucaultiana, pensar em corpo na Educação Infantil envolve diferentes tecnologias de submissão, na tentativa de construir um sujeito produtivo desde a mais tenra idade, em um intrincado processo de redes de poder e subjetividade.

Como refere Haroldo de Resende (2015, p. 8), precisamos entender quais são as

Ferramentas que permitem interrogar os modos de construção da infância, a invenção do sujeito infantil, de toda a parafernália disciplinar e dos mecanismos que põem em funcionamento a máquina que governa a infância em nossa sociedade. Essa máquina que regula, dirige, controla, ensina, normaliza, disciplina, pune, castiga, cura, educa. Essa máquina que faz viver e que deixa morrer.

Neste sentido, cabe considerar que o corpo é o meio pelo qual nos tornamos visíveis, além de suscetíveis às tecnologias de governamento, que desempenham um papel importante, na medida em

que procuram investir de modo significativo na produção de nossas subjetividades (Foucault 1987; 1992).

Com o passar do tempo, vamos nos tornando capazes de exercitar uma vigilância sobre nós mesmos, uma vez que tais aprendizagens ocorrem desde cedo. Ainda crianças, aprendemos a estabelecer um autogoverno sobre nossos corpos, a partir de todos os regimes de sanção estabelecidos pelo ambiente escolar, por meio dos discursos de docentes e demais profissionais que atuam no referido espaço, que se somam às admoestações que se estabelecem no ambiente familiar, especialmente quando se trata das identidades de gênero.

“Maquiagem? É para homem e mulher?”: sobre os corpos infantis e suas regulações

Em uma das atividades propostas pela professora de Educação Infantil em uma escola pública na região da fronteira do Rio Grande do Sul, um dos meninos do grupo se mostrou um tanto preocupado quando a docente anunciou que iria pintar os rostos das crianças: “Vou fazer maquiagem!”. Ele então perguntou se a maquiagem era para homem ou mulher e a professora tentou tranquilizá-lo dizendo que para as meninas ela pintaria uma flor ou uma borboleta e para os meninos, uma teia com ou sem a aranha (Leguiça, 2019).

Um exemplo dessa preocupação em torno da maquiagem, vista como algo exclusivo do feminino, aconteceu na mesma turma, quando outro menino tentou se justificar pelo fato de ter mostrado algum interesse pelos batons e sombras disponíveis na sala. Disse ele: “meninos não se maquiam, mas se pintam para a guerra”, evidenciando assim uma aprendizagem que os coloca muito afeitos a um constante estado de beligerância, além das inúmeras tentativas de se distanciar de tudo aquilo que possa parecer “de mulheres”, caracterizando assim a introjeção de um comportamento misógino, de desprezo a tudo aquilo que possa ser considerado do feminino.

Outro aspecto que demarca a educação dos corpos em função das expectativas de gênero diz respeito à expressão de nossos sentimentos e emoções. Alguns comportamentos que são inerentes a todos os seres humanos, como o medo e a insegurança, são vistos como inapropriados para o gênero masculino, como nos mostra a situação a seguir, relatada no diário de campo da pesquisadora (Leguiça, 2019, p. 81):

Na visita das turmas ao parque de diversões percebi que as professoras Fátima e Deise estão próximas observando as crianças brincarem. Na primeira queda das cadeirinhas, Fátima já nos chama a atenção para a expressão de medo no rosto de Igor, seu aluno da 6ª etapa. A cada queda, as cadeiras fazem um pequeno giro para a próxima subida. Fátima insiste para que observemos o rosto de Igor. O motivo do interesse das professoras é a surpresa que tiveram pelo fato do menino demonstrar medo, pois ele é tido na escola como corajoso, valentão. Os demais meninos também expressam medo, pois nenhum deles sabia como era o funcionamento, mas a atenção das professoras permanece sobre Igor. Na próxima subida o menino já

demonstra estar bastante incomodado com a situação, mas não pede para deixar o brinquedo. Essa subida e descida acontece umas 6 ou 7 vezes. Na terceira volta, Fátima questiona se o menino vai pedir para parar. Acontecem mais umas 4 voltas, e Igor demonstra estar arrasado, baixa a cabeça e mal se move, segurando-se firmemente à cadeirinha. Quando o tempo termina e o brinquedo para, os demais meninos saem rapidamente, nitidamente aliviados, comentando naturalmente entre eles o medo que sentiram. Matheus comenta com Paulo:

- Bah, que brinquedo massa!

Paulo comenta:

- Poh, me deu até um frio na barriga!

Igor, porém, desce por último, cabisbaixo, sem participar dos comentários dos colegas que participaram da mesma brincadeira.

Fatima então comenta:

- Pelo menos ele não pediu para sair...

Durante o funcionamento do brinquedo, por mais que Igor não pudesse ouvir os comentários das professoras, ele sabia que estava sendo observado. Deduzo então que por esse motivo ele toma a atitude de baixar a cabeça para evitar que vejam a sua expressão. (Diário de Campo, 19/10/2018)

Assim, desde a mais tenra idade, os corpos são educados por meio de processos e pedagogias distintas no âmbito familiar, escolar, comunitário, midiático, dentre outros. Tal educação não se restringe apenas a determinadas falas, mas envolve também os gestos, os olhares de aprovação ou de desprezo, as sanções explícitas ou sorrateiras, o acesso e a inserção a determinados grupos sociais, que têm o poder de acolher ou rejeitar os sujeitos que julgarem dignos (ou não) de compartilharem privilégios a partir de tal pertencimento.

Na nossa cultura muitos adultos veem com extrema reserva o fato de alguns meninos demonstrarem comportamentos considerados não apropriados com a sua masculinidade. Dessa forma, brincar de boneca ou estar sistematicamente brincando de casinha com as meninas, ou querer fantasiar-se de personagens femininos, ainda é visto com muita preocupação por parte de profissionais que atuam em creches e pré-escolas (Felipe 1999, p. 58).

Dessa maneira, o menino sofre, ainda que de maneira sutil, uma regulação impingida pelas/os professoras/es, e em especial por parte de seus colegas, gerando assim uma necessidade por parte de Igor, de exercitar uma autovigilância sobre seus desejos. Bello (2006) chama atenção para o fato de que os brinquedos e as brincadeiras são instrumentos de poder acionados constantemente para produzir/definir normas de gênero.

Os exemplos aqui citados nos fazem pensar o quanto os corpos masculinos infantis sofrem diversas maneiras de violência, por meio de reiteradas regulações, muitas vezes de modo violento, chegando até mesmo aos espancamentos e a situações constantes de maus-tratos emocionais. Como refere Felipe (2019), os *scripts* de gênero direcionados aos meninos e homens se pautam, em geral, pelo incentivo à violência, por meio da misoginia e homofobia, fomentando assim as bases para o exercício de uma masculinidade tóxica. Desse modo, em muitos segmentos sociais, o choro e o medo ainda são considerados comportamentos inaceitáveis para o masculino e por isso devem ser

desprezados, por serem considerados sinônimos de fraqueza e até mesmo motivo de vergonha (Leguiça 2019).

Tal cultura é bastante nociva, tanto para o sujeito masculino, que lida constantemente com a supressão de sentimentos e é encorajado à violência, quanto para os demais sujeitos, especialmente aqueles que ousam se desviar de tais *scripts*. Neste sentido, homens que expressam seus sentimentos são vistos como mais sensíveis, muitas vezes de modo pejorativo. Talvez seja possível afirmar que a masculinidade tóxica potencializa a cultura do estupro, a LGBTfobia, a misoginia, o machismo e o racismo.

A partir das considerações até aqui elencadas, consideramos ser relevante e necessário prestarmos bastante atenção para as diversas maneiras de controle, regulação e produção dos corpos infantis, educando as crianças de modo mais humanizado e respeitoso, fazendo com que elas entendam que quaisquer diferenças não podem servir de motivo para a produção de desigualdades e preconceitos.

Violação dos corpos infantis: um debate urgente e necessário

Se os corpos estão em constante vigilância para que se comportem de acordo com os padrões vigentes em relação aos *scripts* de gênero, por outro lado a violência/abuso sexual contra as crianças parece não despertar o necessário empenho das escolas, já que grande parte delas não possui um programa continuado de educação para a sexualidade, principalmente quando se trata da Educação Infantil.

Tal dificuldade se deve, em parte, a uma reiterada censura por parte de grupos conservadores, que entendem ser direito apenas das famílias ministrar quaisquer temas vinculados à sexualidade e ao gênero com as crianças. O pânico moral que se estabeleceu na sociedade brasileira nos últimos anos, insuflada em especial por grupos religiosos, acarretou na retirada de qualquer menção a estes temas no *Plano Nacional de Educação* e demais planos estaduais e municipais, criando inclusive situações de perseguição às escolas e professores/as que quisessem trabalhar com tais discussões (Felipe, 2024). No entanto, as estatísticas alarmantes sobre a violência/abuso sexual contra crianças e adolescentes não se coadunam com a visão idealizada de família e infâncias que esses grupos julgam defender. Isto significa dizer que tanto as famílias quanto as escolas não têm sido capazes de informar para proteger, uma vez que acobertar as violências ou ignorá-las como se não existissem, só faz aumentar o problema (Rosa; Felipe, 2023; Serpa, 2016).

O *Boletim Epidemiológico v. 54 de 18 de maio de 2023*, divulgado pela Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde, intitulado *Notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2015 a 2021*, destaca que, "por ser um fenômeno complexo

e polissêmico, a violência se manifesta de diversas maneiras e assume formas próprias de relações pessoais, sociais, políticas ou culturais, na maioria das vezes motivadas por relações de poder" (Brasil, 2023, p. 1). O mesmo documento aponta que no período compreendido entre 2015 a 2021, 202.948 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes foram notificados no Brasil, sendo 41,2% em crianças e 58,8% em adolescentes. O levantamento ainda destaca um aumento no número de notificações desses crimes entre 2015 e 2019, contudo em 2020 esse número diminuiu; já em 2021, tal estatística foi a maior registrada no decorrer do período analisado, potencializada pela pandemia de Covid-19, especialmente entre 2020 a 2021 (Levandowiski *et al.*, 2021).

Tendo em vista a existência de um controle maior sobre os corpos infantis masculinos, observado em alguns estudos já citados aqui, voltamos nosso olhar para essas vítimas. Documentos como *Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar* (IBGE, 2021), *Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil* (UNICEF; FBSP, 2021), *Cartilha Maio Laranja* (Brasil, 2022), *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* (FBSP, 2022) e *Atlas da Violência* (IPEA, 2023) apontam que meninos também são vítimas de violência/abuso sexual, sendo tocados, manipulados, beijados ou passando por situações de exposição de partes do seu corpo contra a vontade ou sendo obrigados a terem relação sexual contra a sua vontade.

Pesquisa desenvolvida por Rosa e Felipe (2020) mostra que é preciso nos debruçarmos sobre casos de violência/abuso sexual contra os meninos, tendo em vista a grande ocorrência desses casos e a pouca visibilidade que se coloca sobre eles. Os principais resultados do estudo dos pesquisadores foram: 44% dos 170 homens entrevistados foram vítimas desse crime em sua infância; para 53% a violência/abuso sexual ocorreu pela primeira vez quando tinham entre 5 e 8 anos de idade; 80% dos agressores eram homens e 43% destes tinham entre 14 e 18 anos. Para 50% das vítimas a violência ocorreu em sua casa, sendo praticada na maior parte dos casos por primos, vizinhos, amigos da família ou tios.

O estudo ainda aponta que para a maioria das vítimas as consequências dessa violência se deram a curto e longo prazo, impactando tanto na infância quanto na vida adulta, com muitos sentimentos que variam desde medo, insegurança a vergonha e culpa. Interessante ainda salientar que desses homens participantes e que se declararam vítimas, 45% afirmaram que não contaram sobre o ocorrido para ninguém, e para 76% a violência/abuso sexual teve episódios de repetição. E sobre terem tido algum tipo de orientação sexual na infância promovida pela família, somente 13% disse que sim, e no âmbito da escola, 19% afirmaram terem recebido alguma orientação sobre corpo, gênero e sexualidade. Isto significa dizer que a falta de uma educação para a sexualidade no âmbito da família, assim como na escola, resulta tanto na vulnerabilização dos meninos para serem vítimas, quanto na potencialização de perfis abusadores adolescentes (Rosa; Felipe, 2020).

Nesse contexto, é interessante notar o quanto a criança já consegue perceber que está em desvantagem nessa relação, a ponto de não contar para a família as agressões e abusos sofridos com medo de não ser acreditada. Além disso, ela pode pensar que ao delatar seu agressor, poderá causar mal-estar no grupo familiar, pois muitas vezes ela pode nutrir algum afeto por ele (avô, tio, irmão mais velho, etc.). Por outro lado, quando a família toma conhecimento do fato, mas silencia e se recusa a denunciar, ou ainda não acredita na palavra da criança, acaba se tornando conivente com o agressor.

É fundamental que as famílias assumam sua função protetiva, de acolhimento aos meninos (e às meninas) vítimas de violência/abuso sexual. A negligência, bem como as situações de violência/abuso sexual e, em muitos casos, a exploração sexual de crianças e adolescentes, nos mostram que o fato das pessoas terem a capacidade biológica de procriar não significa que automaticamente tenham responsabilidade, competência técnica (que implica no conhecimento dos processos do desenvolvimento infantil, em seus aspectos motores, cognitivos e psicológicos) e disponibilidade emocional para educar uma criança.

É interessante notar o quanto expressões e ditos populares, tais como “mãe é mãe”, “mãe só tem uma”, “pai é pai”, somados a preceitos religiosos como “honrar pai e mãe” remetem à ideia de que a natureza, isto é, a biologia deve se sobrepor inclusive aos maus-tratos e às inúmeras violências cometidas no exercício da maternidade/paternidade, abrindo um precedente perigoso para a concepção de um amor incondicional que tudo releva, minimiza e supera. No entanto, é preciso responsabilizar os adultos em relação ao papel que lhes cabe na educação e bem-estar das crianças, compreendendo como elas se desenvolvem, ajudando-as a construir uma autoestima saudável, estabelecendo uma relação de confiança e segurança (Felipe, 2020)¹. Além disso, é preciso que a família seja capaz de exercer uma competência afetiva – prover afeto, proteção e disponibilidade – assim como a capacidade de ouvir e acolher a criança em suas angústias e necessidades.

Se olharmos com atenção algumas notícias veiculadas em jornais, TVs e redes sociais, veremos que inúmeras violações são cometidas pela própria família. Em várias reportagens temos relatos das violências exercidas pelos próprios pais contra os meninos, grande parte delas ocorre por motivação misógina e/ou homofóbica. Em alguns desses casos, os meninos foram espancados brutalmente, como mostram os noticiários: "Pai espanca filho de 3 anos que usou batom: ‘Não quero viado em casa’" (2019)²; "Pai arranca couro cabeludo do filho com faca por achar o corte

¹ Aula veiculada no Canal Anita Pereira - UFPB, Aula 11 - Diálogos sobre gênero e sexualidade, de 9 de novembro de 2020. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=MXG18_t_SQ. Acesso em: 26 maio 2023.

² Disponível em: <http://www.metropoles.com/brasil/pai-espanca-filho-de-3-anos-que-usou-batom-nao-quero-viado>. Acesso em: 20 maio 2023.

"homossexual" (2021)³. Tais situações ocorreram porque os meninos demonstraram comportamentos considerados não condizentes com os *scripts* de gênero previstos, uma vez que desde a mais tenra idade eles são educados para exibir uma masculinidade cisheteronormativa, que reafirma e supervaloriza a heterossexualidade (Bello, 2006; Leguiça 2019).

Tais expectativas vão sendo construídas ao longo das nossas vidas por variados discursos (jurídico, médico, midiático, psicológico e religioso, entre outros) e diversas instituições (família, escola, igreja, etc.), ditando como devemos ser e nos comportar com base no fato de termos nascido com determinada genitália. Nessa lógica, Bento (2011, p. 552) ressalta que "as reiterações que produzem os gêneros e a heterossexualidade são marcadas por um terrorismo contínuo. Há um heteroterrorismo a cada enunciado que incentiva ou inibe comportamentos, a cada insulto ou piada homofóbica".

É notório o quanto a escola acaba sendo um local de (re)produção dos *scripts* de gênero, pois como refere Louro (2004, p. 61)

Gestos, movimentos, sentidos são produzidos no espaço escolar e incorporados por meninos e meninas, tornando-se parte de seus corpos. Ali se aprende a olhar e a se olhar, se aprende a ouvir, a falar e a calar; se aprende a preferir. Todos os sentidos são treinados, fazendo com que cada um e cada uma conheça os sons, os cheiros e os sabores 'bons' e decentes e rejeite os indecentes; aprenda o que, a quem e como tocar (ou, na maior parte das vezes, não tocar); fazendo com que tenha algumas habilidades e não outras.

As contribuições da autora nos fazem refletir acerca da escola como uma instância de inúmeras aprendizagens sociais e culturais, muito além dos conteúdos das disciplinas de português, matemática, ciências, etc. Também é preciso entender que nesses espaços educativos aprendemos por meio não só dos discursos que ali circulam, mas da arquitetura, dos códigos, dos saberes, estabelecendo assim o lugar que cada indivíduo deve ou não ocupar. Dessa maneira, as escolas constroem e reforçam as (im)possibilidades para cada sujeito. Tudo isso se desdobra em muitos significados, delineando assim os *scripts* de gênero, as identidades sexuais, a classe social, a raça/etnia, a geração, dentre outras. Sendo assim, por meio de múltiplos, sutis e refinados mecanismos e estratégias, as marcas da escolarização são inscritas nos corpos dos sujeitos infantis, possibilitando que meninos e meninas aprendam a se reconhecer como tal, e aprendam seus distintos "lugares" sociais – como sujeitos masculinos e femininos.

Esses pensamentos generificados orientam condutas e práticas que se expressam nas escolas e nos seus respectivos currículos de vários modos, produzindo e promovendo formas diferenciadas de tratar aqueles/as que se colocam fora das expectativas desenhadas para as masculinidades e as

³ Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2021-03-12/pai-arranca-couro-cabeludo-do-filho-com-faca-por-achar-o-corte-homossexual.html>. Acesso em: 20 maio 2023.

feminilidades consideradas hegemônicas, acarretando inúmeras cobranças a meninos e meninas desde a mais tenra idade.

O corpo nos documentos normativos da Educação Infantil

Ainda que muitos/as de nós tenhamos presenciado e participado ativamente das discussões político-pedagógicas para que as crianças conquistassem um *status* de “sujeitos de direitos”, nas últimas décadas, por meio de políticas públicas como o ECA - *Estatuto da Criança e do Adolescente* (1990) e a *Política Nacional de Educação Infantil* (2006), é preciso reconhecer o quanto precisamos avançar na proteção da infância, uma vez que as estatísticas sobre as violências cometidas contra esse segmento da população são estarrecedoras, como já elencamos aqui. Desse modo, ainda que as leis e as políticas de estado em torno dos direitos das crianças e adolescentes tenham vindo na esteira de conquistas importantes no campo da “governabilidade democrática” (Gallo 2021), pautadas na promoção da cidadania e no governo dos cidadãos, em especial pós-ditadura militar, ainda é preciso caminhar muito para que efetivamente possamos pensar em ações que combatam o problema da violência, em suas mais diversas manifestações.

Lançando um olhar a partir do campo da Educação, Louro (2000, p. 60) atenta para o fato de que

A preocupação com o corpo sempre foi central no engendramento dos processos, das estratégias e das práticas pedagógicas. O disciplinamento dos corpos acompanhou, historicamente, o disciplinamento das mentes. Todos os processos de escolarização sempre estiveram – e ainda estão – preocupados em vigiar, controlar, modelar, corrigir, construir os corpos de meninos e meninas, de jovens homens e mulheres.

Nesse sentido, sendo a Educação Infantil a primeira etapa da Educação Básica, uma série de documentos e diretrizes foram estabelecidos nos últimos anos, a fim de orientar sua organização, como a BNCC - *Base Nacional Comum Curricular* (Brasil, 2018) e as DCNEI - *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil* (Brasil, 2010). Dessa maneira, consideramos relevante buscar como esses materiais pensam o corpo infantil, tendo em vista o investimento que ocorre sobre as crianças no ambiente escolar.

Observamos que o conceito de corpo está muito presente na BNCC da Educação Infantil, tendo em vista a sua menção em um dos campos de experiências chamado *Corpo, gestos e movimentos*

Com o corpo (por meio dos sentidos, gestos, movimentos impulsivos ou intencionais, coordenados ou espontâneos), as crianças, desde cedo, exploram o mundo, o espaço e os objetos do seu entorno, estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, conscientes dessa corporeidade. Por meio das diferentes linguagens, como

a música, a dança, o teatro, as brincadeiras de faz de conta, elas se comunicam e se expressam no entrelaçamento entre corpo, emoção e linguagem (Brasil, 2018, p. 40-41).

Nesse contexto educacional, consideramos importante destacar o entendimento do conceito de corporeidade como sendo a totalidade de um corpo partindo de um “ponto de vista cujas formas, movimentos, gestos, posturas, ritmos, expressões, linguagens são reconhecidos como uma construção social que acontece na relação entre as crianças e/ou os adultos com a sociedade ou a cultura” (Sayão, 2008, p. 94).

Já nos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, o corpo está presente não somente nesse campo de experiência, mas também em outros dois, *O eu, o outro e o nós* e *Traços, sons, cores e formas*, sempre no sentido de desenvolver as habilidades de perceber, reconhecer, demonstrar, movimentar, experimentar, participar, criar, explorar e deslocar.

O segundo documento citado, o DCNEI (Brasil, 2010, p. 25), ao tecer considerações sobre as práticas pedagógicas que devem compor a proposta curricular da Educação Infantil, destaca os eixos norteadores para as interações e as brincadeiras, reiterando assim a importância de garantirmos experiências significativas e que “promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança”.

E embora a regulação de corpos infantis se relacione diretamente com a violação de seus direitos, como temos problematizado ao longo de nosso artigo, faz-se também necessário refletir que

A regulação dos corpos de meninos e meninas também se faz importante em alguma medida, tendo em vista a própria proteção das infâncias diante de alguma situação de perigo (atravessar a rua sozinha, colocar o dedo na tomada, subir em uma janela, etc.). Muitas pessoas tendem a “demonizar” essa regulação, defendendo corpos infantis livres, como se toda e qualquer regulação fosse nociva. No entanto, é preciso entender que há situações em que a regulação é necessária, pois tem um papel de proteção, alertando as crianças sobre determinados perigos (Rosa, 2019, p. 116).

Dessa maneira, seria preciso analisar as práticas que impossibilitam as crianças de terem contato ou mesmo de vivenciarem outras manifestações de gênero ou sexualidade. Assim como desvincular suas experiências corporais por meio de brincadeiras, seja sozinha ou com seus pares, como demonstrações ou intenções sobre possíveis identidades de gênero ou sexuais, como se na infância já se definissem esses aspectos na vida adulta.

Considerações finais: por uma educação com mais equidade e inclusiva

Consideramos que pensar as corporeidades e as infâncias é um exercício que desafia e ao mesmo tempo pode nortear a atuação de profissionais da Educação Infantil, uma vez que as crianças nessa faixa etária estão em plena descoberta do mundo, das relações que estabelecem com os adultos

e com seus pares e do desenvolvimento corporal. Dessa maneira, as regulações que ocorrem nesse ambiente não podem se tornar uma violação de seus direitos como sujeitos, ou seja, devem fomentar a criação de um repertório de experiências infantis que colabore com suas identidades em formação.

Para que isso aconteça, é fundamental que a formação docente, tanto inicial quanto continuada, se dê de maneira competente, com aprofundamento dos temas envolvidos, a saber: o corpo tem uma história, que não se reduz às questões biológicas, mas está imerso em compreensões produzidas na cultura, em determinado tempo, lugar e contexto social; as identidades de gênero, assim como as identidades sexuais, precisam ser melhor estudadas e entendidas em toda a sua complexidade, pois muitas vezes tais conceitos são utilizados como sinônimos, acarretando assim muitos equívocos na condução do processo de educar as crianças. Não raras vezes, quando meninos e meninas ousam romper com as barreiras que lhes são impostas, acabam sofrendo algum tipo de represália por parte dos/as docentes ou até mesmo por parte dos/as colegas, que estabelecem uma constante vigilância sobre as ações uns dos outros (Felipe; Guizzo, 2022).

No entanto, por mais que a regulação dos corpos infantis seja ainda uma realidade no cenário da Educação Infantil, cabe salientar que muitas crianças têm questionado e rompido com diversas expectativas sobre elas, principalmente com relação aos *scripts* de gênero, que tendem a ditar comportamentos e preferências desde cedo com base no sexo designado desde antes do nascimento. Sendo assim, pontuamos a importância da compreensão dos corpos infantis dentro de uma interseccionalidade que dê conta de pensar em gênero, sexualidade, raça, religião e classe social, entre outros, e a criação de espaços seguros de escuta e acolhimento para que a expressão de crianças possa ser garantida, a fim de promover ambientes democráticos e que tanto incentivem quanto valorizem as identidades e subjetividades infantis.

Referências

- AUGUSTO, Acácio. **Governando crianças e jovens**: escola, drogas e violência. In: RESENDE, Haroldo de (Org.). Michel Foucault: o governo da infância. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 11-24.
- BELLO, Alexandre. **Sujeitos infantis masculinos**: homens por vir? 2006. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- BENTO, Berenice. **Na escola se aprende que a diferença faz a diferença**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549-559, maio/ago. 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf. Acesso em: 25 maio 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>. Acesso em: 25 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil:** pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pol_inf_eduinf.pdf. Acesso em: 28 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/eca-2023.pdf>. Acesso em: 28 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. **Boletim Epidemiológico v. 54 de 18 de maio de 2023**. Disponível em: <http://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2023/boletim-epidemiologico-volume-54-no-08>. Acesso em: 27 maio 2023.

BRASIL. Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Cartilha Maio Laranja**. Disponível em: <http://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/cartilha-maio-laranja-2022.pdf>. Acesso em: 27 maio 2023.

COSTA, Andrine Ramires; KUHN, Roselaine; ILHA, Franciele Roos da Silva. **O governo dos corpos e a regulação das liberdades infantis**. Movimento: Revista de Educação Física da UFRGS, Porto Alegre, v. 25, p. 1-14, jan./dez. 2019.

FELIPE, Jane. **Gênero, sexualidade, religião e pânico moral**: infâncias em risco em tempos de terra plana. In: FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca Salazar; ROSA, Cristiano Eduardo (org.). Infâncias e temas sensíveis. Porto Alegre: Cirkula, 2024. P. 23-43.

FELIPE, Jane. **Scripts de gênero, sexualidade e infâncias**: temas para a formação docente. In: ALBUQUERQUE, Simone Santos de; FELIPE, Jane; CORSO, Luciana Vellinho (Orgs.). Para pensar a docência na Educação Infantil. Porto Alegre: Evangraf, 2019. p. 238-250.

FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca. **“Minha mãe me vestiu de Batman, mas eu sou a mulher gato”**: Discussões sobre *scripts* de gênero, sexualidade e infâncias. In: SEFFNER, Fernando; FELIPE, Jane (Orgs.). Educação, gênero e sexualidade: (im)pertinências. Petrópolis: Vozes, 2022. p. 56-74.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. Disponível em: <http://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf>. Acesso em: 27 maio 2023.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

GALLO, Silvio. **Mutações no governo da infância no Brasil contemporâneo**. Zero-a-Seis, Florianópolis, v. 23, n. Especial, p. 1091-1115, ago./ago. 2021.

GOELLNER, Silvana V. **A produção cultural do corpo**. In: LOURO, Guacira; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana (Orgs.). Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar**: 2019. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101852.pdf>. Acesso em: 27 maio 2023.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Policy Brief - Em Questão - Dados sobre estupro no Brasil**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1694-pbestuprofinal.pdf>. Acesso em: 27 maio 2023.

LEGUIÇA, Michele. “**Atira no coração dela**”: corpos e *scripts* de gênero na educação infantil. 2019. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

LEVANDOWISKI, Mateus; STAHNKE, Douglas; MUNHOZ, Tiago; HOHENDORFF, Jean; SALVADOR-SILVA, Roberta. **Proteção infantil durante a COVID-19**: até quando os casos de maus-tratos infantis continuarão sendo subnotificados? *Cadernos de Saúde Pública*, v. 37, n. 5, maio 2021.

LOURO, Guacira Lopes. **Corpo, Escola e Identidade**. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, n. 25, v. 2, p. 59-75, jul./dez. 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 4a ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

PRECIADO, Paul. **Um apartamento em Urano**: crônicas da travessia. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

RESENDE, Haroldo de (Org.). **Michel Foucault**: o governo da infância. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

ROSA, Cristiano Eduardo da. **Educação, infâncias e arte drag**: a literatura para crianças tensionando os *scripts* de gênero. 2019. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

ROSA, Cristiano Eduardo da; FELIPE, Jane. **Violência/abuso sexual contra meninos**: masculinidades e silenciamentos em debate. *Pesquisa em Foco*, São Luís, v. 25, n. 2, p. 144-167, jul./dez. 2020.

ROSA, Cristiano; FELIPE, Jane. **Uma família que não protege e nem educa?** *Scripts* de gênero e violência/abuso sexual contra meninos. *Revista Debates Insubmissos*, Caruaru, v. 6, n. 20, p. 10-37, jan./maio 2023.

SAYÃO, Deborah Thomé. **Cabeças e corpos, adultos e crianças**: cadê o movimento e quem separou tudo isso? *Revista de Educação*, São Carlos, v. 2, n. 2, p. 92-105, nov. 2008.

SERPA, Monise. **Onde estão as meninas?** Tensionando o conceito de exploração sexual a partir dos estudos sobre pedofiliação e relações de gênero. 2016. 249 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância; FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil**. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/media/16421/file/panorama-violencia-lethal-sexual-contra-criancas-adolescentes-no-brasil.pdf>. Acesso em: 27 maio 2023.